

MAPEAMENTO DAS SUBAGENDAS PRIORITÁRIAS DAS PESQUISAS FINANCIADAS POR MEIO DO PROGRAMA PESQUISA PARA O SUS: GESTÃO COMPARTILHADA EM SAÚDE.

Suzana R. Oliveira^{1*}, Carolina B. Gomes², Luciana Calabro³

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEC-UFRGS)
2. Mestranda do PPGEC-UFRGS
3. Doutora do PPGEC-UFRGS/Orientadora

Resumo

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), formulada pelo Ministério da Saúde (MS), busca orientar o financiamento de pesquisas às necessidades de saúde da população.

Contudo, em um país tão diverso como o Brasil e com importantes desigualdades regionais, foi necessário a criação de mecanismos para redução das desigualdades regionais no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde e, ao mesmo tempo, financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde de cada Unidade da Federação. Surgiu então, em 2004, o Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde (PPSUS).

O objetivo do trabalho foi mapear quais as principais subagendas da ANPPS que foram financiadas pelo PPSUS e verificar se houve variações entre as regiões e entre as outras formas de fomento adotadas pelo MS: fomento nacional e contratação direta.

Os resultados indicam que o PPSUS tem potencial em financiar subagendas diversas tanto nacionalmente como entre as regiões.

Palavras-chave: Fomento descentralizado; PPSUS; pesquisa em saúde.

Introdução

A pesquisa científica foi fundamental para a melhoria da saúde humana e é vital para o desenvolvimento de tecnologias, sistemas e serviços necessários para alcançar a cobertura universal de saúde. A pesquisa tem maior probabilidade de ser produtiva quando realizada com o apoio de um sistema nacional de pesquisa, que deve possuir, como uma de suas funções essenciais, a de estabelecer prioridades de pesquisa.¹

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) surgiu como parte integrante da Política Nacional de Saúde e pauta-se nos mesmos princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde: universalidade, integralidade e equidade e buscou direcionar o fomento à pesquisa com base numa escolha de prioridades. Além disso, também como componente da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, subordina-se aos princípios do mérito técnico-científico e relevância social.²

A estratégia adotada para a definição de prioridades em âmbito nacional foi a construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS).³

Contudo, em um país de dimensões tão grandes e com tantas diversidades em vários aspectos, incluindo os problemas de saúde e capacidade de pesquisa instalada, faz-se necessária também a definição de prioridades em âmbito estadual, conforme cada realidade e o fomento descentralizado foi uma opção adotada pelo Ministério da Saúde (MS).

O Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em Saúde (PPSUS) foi criado em 2004, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde; financiar pesquisas em temas prioritários para a saúde de cada Unidade da Federação (UF) e aproximar os sistemas de saúde, ciência e tecnologia locais.⁴ Este programa está alinhado ao compromisso da PNCTIS de superação de todas as formas de desigualdades e, para operacionalizá-lo, de forma descentralizada, conta com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) nos Estados

O objetivo deste trabalho é mapear quais as principais subagendas da ANPPS foram financiadas pelo PPSUS e verificar se houve variações entre as regiões e entre as outras formas de fomento adotadas pelo MS.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quantitativa.⁵ Os dados foram gerados a partir da base de dados do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT) do MS, denominado PesquisaSaude, disponível em: <https://pesquisasaude.saude.gov.br> e de acesso público. A consulta ao sistema foi realizada em 11 de janeiro de 2019 e os dados coletados foram compilados em planilha eletrônica utilizando-se o software Microsoft Excel.

Os projetos estão classificados no PesquisaSaude, em relação à modalidade do fomento, em 03 grupos: fomento nacional (Chamadas Públicas), fomento descentralizado (PPSUS) e contratações diretas. Foram desconsiderados os projetos da Edição piloto do PPSUS, realizada nos anos 2002 e 2003, bem como as

duplicidades, restando 3507 projetos do PPSUS. Quanto às outras duas modalidades de fomento, após retirar as duplicidades, restaram 2555 projetos. O número final de projetos analisados, portanto, referente às três modalidades de fomento, foi 6062.

A análise de dados foi realizada baseando-se nas informações contidas na opção “subagenda”, que contém as 24 subagendas que compõem a ANPPS.³ As subagendas foram divididas por região e por modalidade de fomento.

O sistema PesquisaSaúde foi escolhido por ser a ferramenta disponível atualmente para registro dos projetos de pesquisa financiados pelo Ministério da Saúde.

Resultados e Discussão

A ANPPS define como Subagenda uma ampla área de pesquisa envolvendo vários campos disciplinares que configuram os diversos temas prioritários de pesquisa. Os temas, por sua vez, compreendem tópicos mais específicos e agregados em cada subagenda. Esses podem contemplar qualquer etapa da cadeia do conhecimento, da pesquisa básica até a operacional, sem restrições quanto às áreas do conhecimento envolvidas.³

Os resultados disponíveis relacionam-se às subagendas e parte-se do princípio que passaram por um processo de escolha e foram consideradas prioritárias.

No caso do PPSUS, o processo de seleção das prioridades é realizado através de oficinas de trabalho em cada UF, em um processo amplamente participativo. As oficinas devem ser realizadas pelas FAP, em parceria com o Decit, CNPq e Secretarias Estaduais de Saúde e, a partir delas, serão definidos os temas que comporão as Chamadas Públicas.

O DECIT recomenda que as oficinas sejam realizadas seguindo o manual intitulado “Seleção de Prioridades de Pesquisa em Saúde – Guia PPSUS”, baseado no documento Matriz Combinada: um instrumento para definição de prioridades de pesquisa em saúde, publicado no Global Forum for Health Research, em 2004.⁶

Observou-se que, no caso do PPSUS, considerando o total dos projetos, as cinco subagendas mais pesquisadas foram as seguintes: 1) Doenças Transmissíveis (726), 2) Doenças Crônicas Não Transmissíveis (510), 3) Sistemas e Políticas de Saúde (220), 4) Pesquisa Clínica (178) e 5) Saúde da Criança e do Adolescente e Saúde da Mulher (ambas 157).

Verificou-se que a subagenda Doenças Transmissíveis também liderou em relação ao fomento nacional e contratação direta, que juntos somaram 487 projetos. As demais subagendas mais financiadas por essas duas modalidades de fomento, em conjunto, foram: 2) Pesquisa Clínica (255), 3) Alimentação e Nutrição (242); 4) Doenças Crônicas Não Transmissíveis (223) e 5) Avaliação de Tecnologias e Economia da Saúde (205).

As Subagendas Alimentação e Nutrição, Doenças Transmissíveis e Saúde da Criança e da Mulher também fazem parte das prioridades de pesquisa em saúde encontrada em países latino-americanos, conforme apontou Reveiz *et al.*⁷

Observou-se, ainda, que a Subagenda Doenças Transmissíveis foi a única que manteve a mesma posição em todas as opções de fomento, sugerindo que se trata ainda de objeto de preocupação no país e continua demandando financiamento de pesquisas. As subagendas Sistemas e Políticas de Saúde e Saúde da Criança e do Adolescente e Saúde da Mulher, que ocuparam posições importantes no fomento descentralizado, não aparecem em destaque entre as demais formas de fomento induzidas pelo Ministério da Saúde em âmbito nacional, o que sugere que o PPSUS estimulou o financiamento dessas subagendas nas UF, que as consideraram prioritárias.

Analisando-se o financiamento das subagendas, por região e por meio do PPSUS, observou-se que a subagenda Doenças Transmissíveis foi a mais financiada nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nas Regiões Sul e Sudeste a subagenda mais financiada foi Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Este dado diverge dos dados encontrados por Souza e Calabró⁸, que ao avaliarem o grau de implantação do PPSUS nas UFs, encontraram a subagenda Doenças Transmissíveis como a mais financiada pelo PPSUS em todas as regiões.

A subagenda Doenças Crônicas Não Transmissíveis foi a segunda mais financiada nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste por meio do PPSUS. Nas regiões Sul e Sudeste, a segunda posição foi ocupada por Doenças Transmissíveis. Ocorreu uma inversão entre a primeira e segunda posição, sugerindo uma similaridade entre os blocos “Nordeste, Norte e Centro-Oeste” e “Sul e Sudeste” na escolha das prioridades em pesquisa.

Um comportamento interessante foi observado em relação à subagenda que ocupou o terceiro lugar no fomento descentralizado: Sistemas e Políticas de Saúde nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste; na região Norte esta posição foi ocupada por Epidemiologia e na região Sul por Pesquisa Clínica. A subagenda Epidemiologia, que não apareceu entre as cinco mais financiadas entre todas as modalidades de fomento, apareceu em uma posição de destaque no Norte do Brasil, por conta do PPSUS.

Conclusões

O resultados apresentados mostraram que houve variação entre as subagendas financiadas pelo PPSUS e por meio do fomento nacional e contratação direta. Verificou-se, ainda, variação das subagendas financiadas pelo PPSUS entre as regiões.

Diante do exposto sugere-se que o PPSUS, portanto, induziu o financiamento de uma diversidade de subagendas, sugerindo que os temas de pesquisa de pesquisa financiadas têm proximidade com a realidade regional.

Referências bibliográficas

- 1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial da saúde 2013: pesquisa para cobertura universal de saúde**. Geneva: Organização Mundial da Saúde. 2014. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/85761>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- 2 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde**. 2.ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008. 44 p.
- 3 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2015. 68 p.
- 4 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde - Diretrizes Técnicas**. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2014. 64 p.
- 5 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 184 p.
- 6 BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Seleção de prioridades de pesquisa em saúde: guia PPSUS**. 2.ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. 60 p.
- 7 REVEIZ, L.; ELIAS,V.; TERRY, R.F. *et al.* Comparison of national health research priority-setting methods and characteristics in Latin American and Caribbean, 2002-2012. **Rev Panam Salud Publica**. v. 34, n.1, p 1-13, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24006014>. Acesso em 25 fev. 2020.
- 8 SOUZA, G.F.; CALABRÓ, L. Avaliação do grau de implantação do Programa Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 180-191, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000500180. Acesso em 25 fev.2020.